

Palácios do Rio*

MARISA EGREJAS**

LUCIA MIRANDA BOAVENTURA***

A primeira vez que visitei o Morro da Conceição foi num final de tarde de verão, conduzida por um amigo que é apaixonado pelas histórias do Rio de Janeiro. Antes de chegarmos lá, passamos pela região vizinha conhecida como Pequena África e pelos belos dragões prateados que adornam a porta do Moinho Fluminense. Eu estava encantada com aquele pedaço de cidade até então inexistente para mim. Estacionamos o carro em frente à Fortaleza da Conceição e iniciamos a descida por entre as estreitas ruas até chegarmos ao adro da capela setecentista de São Francisco da Prainha. Na volta, em determinado trecho da subida, alguns moradores haviam colocado uma vitrola do lado de fora da casa e dançavam uma sonora rumba na rua. As silhuetas dos seus corpos dançantes em contraluz contrastavam com o fundo vermelho-arroxeadado do pôr do sol. E essas imagens – turista em minha própria cidade – até hoje me vêm prazerosamente à memória.

Introdução

O presente trabalho pretende abrir ao diálogo o desenvolvimento do Projeto Palácios do Rio, que é fruto de uma parceria entre o Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social – LTDS, do Programa de Engenharia de Produção da COPPE/UFRJ e a Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural do Exército. Este projeto participa do Edital Prioridade Rio 2010, da FAPERJ.

Em suma, trata-se da “turistificação” do antigo Palácio Arquiepiscopal do Rio de Janeiro para realizar visitas guiadas por guias de turismo recém formados. O Projeto que iniciou em janeiro, tem prazo de conclusão em dezembro deste ano, estando, portanto, em andamento.

O referido Palácio insere-se na Fortaleza da Conceição, pertencente à 5ª Divisão de Levantamento do Exército Brasileiro, situado no Morro da Conceição, Zona Portuária do Centro do Rio.

Para alcançar seus objetivos, o projeto se propõe a produzir pesquisa histórica sobre o Palácio e seu entorno (Morro da Conceição, Pedra do Sal, entre outros) inventário turístico, construir conhecimentos e sintetizá-los em textos interpretativos que conduzam à valorização do patrimônio carioca.

Dentro desta visão, procura-se abrigar e valorizar a cultura e o cotidiano dos moradores do Morro da Conceição, incentivando-os na participação no projeto, facultando-lhes a oportunidade de registro e ressignificação de suas memórias.

Assim, ao mesmo tempo em que proporciona a maturidade do profissional guia de turismo e o melhor conhecimento dos bens patrimoniais da Cidade, o projeto amplia a oferta de atrativos turísticos e facilita o acesso da população carioca aos Palácios e à história da cidade.

Turismo e Patrimônio

A modalidade turismo de patrimônio se encontra vinculado ao segmento Turismo Cultural. A noção do que significa turismo cultural vem modificando-se ao longo dos últimos anos. Se em princípio dizia respeito ao turismo realizado com a finalidade de “conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos” (ICOMOS apud DIAS, 2006:39), mais adiante, incorpora a visitação turística interessada pelas atividades realizadas pelo povo, festas, manifestações tradicionais, eventos ou práticas folclóricas. No dizer de DIAS (2006:40),

“toda prática turística que envolva a apreciação ou a vivência de qualquer tipo de manifestação cultural, seja tangível, seja intangível, mesmo que esta não seja a atividade principal praticada pelo viajante no destino”.

Recentemente, o termo alarga-se abraçando também a paisagem, entendendo que sua percepção está diretamente ligada à formação cultural local ou do visitante. Em nosso caso, utilizamos este termo relacionando-o à segmentação de mercado, mas considerando o interesse do visitante na contemplação desinteressada, na ampliação dos conhecimentos acerca dos objetos e dos contextos sociais, econômicos e históricos que foram estímulo à sua criação e, na seqüência, possibilitar a ampliação da compreensão da natureza humana.

Em relação à definição de Patrimônio, BARRETO (2000:9) discorre:

“A palavra patrimônio tem vários significados. O mais comum é conjunto de bens que uma pessoa ou uma entidade possuem. Transportado para determinado território, o patrimônio passa a ser conjunto de bens que estão dentro de seus limites de competência administrativa.”

O patrimônio nacional é composto não só por bens materiais como também os imateriais. Portanto abrangendo desde edificações, documentos e utensílios históricos, manifestações artísticas – patrimônio cultural – até áreas de proteção ambiental, como os parques nacionais – patrimônio natural.

O patrimônio cultural “designa o significado e valor histórico, estético, científico e simbólico, como experiência individual ou coletiva do bem cultural de natureza material e/ou imaterial para as gerações passadas, presentes e futuras.” (MARTINS e VIEIRA, 2006:7). Relacionados a bens comuns a todos os cidadãos, o patrimônio cultural acaba por ser de grande importância na disseminação da cultura resguardado pela história.

Portanto sua conservação se mostra relevante para a memória coletiva. O patrimônio histórico e artístico representa muito bem esse aspecto, pois trabalha com fatos históricos de importância para construção de uma identidade cultural. Assim, ressalta BARRETO (2000:43), “A manutenção do patrimônio histórico, em sentido amplo faz parte de um processo maior ainda, que são de conservação e recuperação da memória, graças à qual os povos mantêm sua identidade [...]”

O turismo tem uma função primordial no processo de conservação dos patrimônios históricos. Segundo MARTINS e VIEIRA (2006:8) “Com base nas potencialidades que o patrimônio cultural representa, tem-se procurado ofertar atividades turísticas nas quais o patrimônio se converte em recurso de desenvolvimento e de lazer para a sociedade.”

O Estado do Rio de Janeiro possui várias edificações históricas que estão preservadas, porém subutilizadas. Portanto estas se configuram como atrativos turísticos culturais em potencial de grande relevância e podem ser utilizadas para atividade turística.

Segundo BARRETO (2000:15):

“Preservar significa proteger, resguardar, evitar que alguma coisa seja atingida por alguma outra que lhe possa ocasionar dano. Conservar significa manter, guardar para que haja uma permanência no tempo. Desde

que guardar é diferente de resguardar, preservar o patrimônio implica mantê-lo estático e intocado, ao passo que conservar implica integrá-lo no dinamismo do processo cultural.”

Há que se fazer uma ressalva, pois é bastante comum a tendência à massificação do turismo cultural de larga escala. Entretanto, entendemos que é possível realizar visitas turísticas para grande número, que sejam significativas, produzam impacto positivo na vida de ambos os grupos – visitantes e visitados – que sejam estímulo para mudanças de atitudes ou de percepção de si, do outro e do mundo, sem comprometimento da qualidade do serviço oferecido ao turista ou dos saldos deixados para o receptivo.

Implica, portanto, a realização de um planejamento atento à capacidade de carga e à tolerância de frequência de visita e exposição aos turistas, garantindo que o patrimônio não sofra degeneração. Importa, também, que a interpretação oferecida pelos guias, possibilite a compreensão do patrimônio cultural da cidade pelos visitantes, mas também a identificação cultural dos próprios cariocas, incentivando o acolhimento e o desejo de conservação.

“Nesse sentido é que se deve fazer uma releitura do patrimônio, de modo a incorporar novas mensagens culturais, que representem antigos setores sociais não contemplados pela memória patrimonial, e novos setores emergentes, que buscam símbolos para a continuidade histórica do seu grupo cultural, com vistas ao fortalecimento de sua identidade, bem como à reivindicação de espaço de articulação social e política na sociedade atual”.
(DIAS, 2006. p. 86.)

O processo de turistificação de um lugar demanda uma série de estudos e antecipações que implicam um olhar sistêmico sobre a tarefa. Um bem patrimonial que nunca foi aberto à visita ou que recebe pequeno número de visitantes por não estar incluído nos grandes roteiros turísticos necessita de estratégias e planos específicos para ampliar a circulação de modo que o turismo não venha a ser prejudicial às estruturas arquitetônicas ou às funções que exerce.

Guia de Turismo

O guia de turismo é aquele que exerce “as atividades de acompanhamento, orientação e transmissão de informações a pessoas ou grupos, em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais, internacionais ou especializadas” (LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE TURISMO, 1993). É um profissional de importância para atividade turística, pois acompanha e interpreta as informações necessárias para que os visitantes se sintam bem acolhidos e compreendam a importância e o significado dos lugares visitados.

Para exercer a profissão, o guia de turismo precisa ser credenciado pelo Ministério do Turismo. Desta forma, a etapa de estágio profissional que, na maioria das vezes, possibilita o exercício experimental de início de carreira e fornece segurança e maturidade para a atividade fica inviabilizada.

O Projeto Palácios do Rio

O Projeto Palácios do Rio deve sua origem ao Edital Prioridade Rio 2010, da FAPERJ, e foi concebido visando atender a diversas demandas: promover a conservação do patrimônio histórico e cultural por meio de ações que tornem os patrimônios atrativos turísticos para visitantes e para a população em geral; propiciar aos guias de turismo recém formados um laboratório intermediário para quem deseja ingressar no mercado de trabalho; e a ampliar o acervo cultural da população, a oferta de atrativos turísticos e os acessos públicos a espaços urbanos bens patrimoniais.

O Palácio Episcopal

A escolha do antigo Palácio Arquiepiscopal do Rio de Janeiro deve-se primeiramente à indicação de técnicos da Cia de Desenvolvimento Urbano da Região Portuária¹. Segundo os planos da Prefeitura do Rio, toda a Zona Portuária da cidade será revitalizada, transformando-se em um pólo turístico e de investimento para empresários de vários setores.

Atualmente, o Palácio Arquiepiscopal pertence ao Exército Brasileiro. Foi adquirido para abrigar à Missão Austríaca que instituiu os estudos de Cartografia do Exército, em 1923, quando o Arcebispo mudou-se para o bairro da Glória.

O Palácio foi edificado no alto do Morro da Conceição no início do século XVIII, para servir de residência para o Bispo do Rio de Janeiro. Poucos anos depois, foi ocupado pelos franceses nas invasões de 1710 e 1711.

Depois da saída dos franceses, o governo português mandou construir a Fortaleza da Conceição, vizinha ao Palácio, por conta da localização estratégica do Morro em relação à Baía de Guanabara. A convivência entre os vizinhos nem sempre foi harmônica, e as contendas entre objetivos e procedimentos terminaram reduzindo a importância bélica da Fortaleza para a defesa da cidade.

Ao longo dos anos, o Palácio sofreu danos e reformas e poucos são os registros remanescentes que possam certificar a originalidade dos elementos arquitetônicos. Desde o ano passado, o Exército está promovendo obras de restauro do Palácio e de recuperação de uma antiga planta da Fortaleza que data do Século XVIII com o apoio do IPHAN.

Atualmente, além das oficinas técnicas de cartografia, o Palácio abriga o Museu Cartográfico do Exército. Em seu acervo estão antigos equipamentos, fotos e mapas referentes ao exercício e estudo da cartografia no Brasil.

A turistificação do Palácio Episcopal atrairá os olhares dos visitantes para outros aspectos do Morro da Conceição. Essa região pode se tornar mais um ponto turístico da cidade, mas é necessário que a sua população receba benefícios dessa atividade e que o local tenha garantida a sua preservação. É também importante que o plano urbanístico que inclui esse local seja realmente concretizado.

O Morro da Conceição

O Palácio Episcopal e a Fortaleza da Conceição coroam o Morro da Conceição. Este Morro é dono de uma história singular. Localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro, desfruta de uma bela vista da cidade e, mais importante, de uma paz e tranquilidade, desde sempre, como fazem questão de afirmar seus moradores. No

entanto, ele faz parte dos planos dos governos para receber obras devido aos grandes eventos que a cidade do Rio de Janeiro sediará: Copa do Mundo de 2014, Olimpíadas de 2016, dentre outros.

Para a percepção do papel do Palácio Episcopal e da Fortaleza da Conceição faz-se necessário o entendimento sobre a evolução urbana do Rio de Janeiro e também da história do Morro da Conceição, que apresenta particularidades próprias, diferentes da maioria dos morros cariocas.

A estrutura teórica escolhida limita o estudo ao início do século XVIII, com a construção do Palácio Episcopal, e pretende chegar aos nossos dias com a proposta de revitalização da área, onde se localiza esse prédio. Nesse longo período serão analisados apenas alguns momentos que foram de importância para o palácio e para o Morro visando primordialmente a sustentar o guiamento dos guias de turismo no Palácio Episcopal do Morro da Conceição.

Sendo o Palácio Episcopal o cerne desse trabalho, serão privilegiados os papéis que a Igreja desempenhou na cidade e como a população ocupou o entorno desse prédio.

A pesquisa será baseada em diversos tipos de fontes. O histórico da cidade e do Morro da Conceição será construído a partir da historiografia sobre a cidade e de trabalhos sobre a região da Conceição. Fontes importantes serão as obras sobre urbanização e os diversos planos urbanísticos implantados pela Prefeitura do Rio de Janeiro, em especial o Porto Maravilha. Também serão consultados documentos da Igreja, que até hoje tem uma presença forte e atuante no Morro da Conceição. Serão, ainda, considerados os olhares daqueles que fazem parte desse projeto, nas constantes idas e vindas à região.

Uma parte especial dessa pesquisa será realizada com a participação dos moradores, que por meio de entrevistas serão estimulados a discorrer sobre o seu cotidiano e os valores culturais da comunidade do Morro da Conceição. Essa matéria-prima histórica certamente trará forte dose de emoção para o trabalho, além de apontar caminhos para um turismo sustentável baseado nas necessidades e aspirações dessa população.

O material que expõe as condições de vida dos moradores será cotejado com os estudos sobre a urbanização da cidade do Rio de Janeiro e da área do Morro da Conceição, para constatarmos até que ponto essa região recebeu a atenção dos sucessivos governos.

Resultados esperados

O projeto espera atender à demanda de cinco segmentos, a saber:

- ***Profissionais Guias de Turismo recém formados***

Proporcionar visibilidade ao profissional, facilitando a formação de redes de relacionamento que poderão implicar na contratação para novos trabalhos futuros.

- ***Para a Cidade do Rio***

Abertura de novos espaços à visitação turística, em especial, o Palácio Episcopal do Rio de Janeiro, considerando que o Rio de Janeiro será palco de diversos eventos internacionais.

A visitação turística guiada, além de destacar os aspectos arquitetônicos, artísticos e históricos de forma bem humorada e prazerosa, ajuda a manter a circulação de visitantes organizada, utilizando os acessos públicos ou espaços de trabalho de forma controlada, minimizando as interferências na realização das funções administrativas e no atendimento ao público.

Espera-se também que o bem patrimonial inventariado e aberto à população faça parte dos circuitos turísticos do Rio, ampliando o acervo cultural da Cidade.

- ***Para o Palácio Episcopal***

Valorização do imóvel e do patrimônio urbano. A proposta está baseada no princípio de inovação do modo de desenvolver o turismo, atuando de forma sistêmica, buscando valorizar as potencialidades turísticas do espaço, com especial atenção aos valores patrimoniais, preservação ambiental ou sócio-cultural.

Espera-se ainda, que a visitação do público contribua para a dinamização e valorização da rotina interna do próprio Palácio, bem como auxilie na criação de uma cultura receptiva.

- ***Para o Exército Brasileiro***

Divulgar dos bens patrimoniais de interesse histórico e cultural. A abertura das edificações militares ao público revela uma segunda forma de proteção ao patrimônio nacional por meio da informação e do conhecimento. Além disso, expõe publicamente a riqueza do acervo militar preservado ao longo dos séculos.

▪ ***Para a população do Rio de Janeiro***

Ampliar o acervo cultural do cidadão carioca. A visitação realizada de forma estruturada possibilita a ressignificação dos bens patrimoniais, promove o sentimento de pertença o que tende a estimular a preservação do patrimônio histórico e artístico.

E ainda, que as visitas levem o público a ressignificar o valor dos Palácios cariocas e que se predisponham a preservar e conservar o patrimônio coletivo.

Bibliografia

ABREU, Mauricio de A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. RJ: Jorge Zahar Editor, 1987.

ANDREATTA, Verena. *Cidades quadradas, paraísos circulares. Os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no séc XIX*. RJ: Mauad, 2006.

BARRETO, M. *Turismo e Legado Cultural: As possibilidades do planejamento*. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

BARTHOLO, Roberto, SAN SOLO, Davis Gruber e BURSZTYN (org). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem; COPPE-UFRJ, 2009.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n. 28. RJ,: Biblioteca Nacional, 2008.

DIAS, R.. *Turismo e patrimônio cultural. Recursos que acompanham o crescimento das cidades*. São Paulo: Saraiva, 2006.

ENDERS, Armelle. *A História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002.

EXÉRCITO BRASILEIRO. *Histórico da 5ª. Divisão de Levantamento General Alfredo Vidal*, 3ª.ed., Rio de Janeiro: mimeo, 2003.

FARIAS, J. B., GOMES, F., SOARES, C. E. L., ARAUJO, C.E.M. *Cidades Negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do sé. XIX*, 2ª. ed., São Paulo: Alameda, 2006.

FUNARI, P.P.; PRINSKY, J. *Turismo e Patrimônio Cultural*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

GERSON, Brasil. *História das Ruas do Rio*, 5ª. ed., Rio de Janeiro: Lacerda, 2000.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE TURISMO. Decreto nº 946 de 1º de out. de 1993. Disponível em < <http://www.sindegtur.org.br/2006/termos05.asp> > Acesso em 16 de abr. 2010.

MARTINS, A. B.; VIEIRA, G. F. *Turismo e patrimônio cultural: possíveis elos entre identidade, memória e conservação*. Estação Científica. V.2, n.5 p.1-17, 2006. Disponível em <http://www.fesjf.estacio.br/revista/revista_ant_02.asp> Acesso em 16 abr. 2010.

MENDES, Chico, VERÍSSIMO, Chico e BITTAR, William. *Arquitetura no Brasil de Cabral a Dom João VI*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2007.

MICHELIN. *Guia Michelin do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Arturial, 1990.

PAES, M. T. D. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais: um olhar geográfico. In: BARTHOLO, R., SAN SOLO, D. e BURSZTYN, I. (orgs.) *Turismo de Base Comunitária*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

PRIORE, Mary del e VENANCIO, Renato. *Uma Breve História do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.

_____. *Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2011.

VERÍSSIMO, Francisco, BITTAR, William e ALVAREZ, José Mauricio. *Vida Urbana. A evolução do cotidiano da cidade brasileira*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

WEHLING, Arno e Maria José. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.